



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Procuradoria-Geral de Justiça
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

EDITAL

EDITAL PGJ Nº 1, DE 12 DE MAIO DE 2026

**CHAMADA DE ARTIGOS Nº 1/2026
REVISTA DO MPDFT – EDIÇÃO TEMÁTICA**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura de processo seletivo de artigos para a edição de 2025, conforme as normas estabelecidas abaixo neste Edital.

1. Objeto

A Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios destina-se à publicação de artigos jurídicos e matérias correlatas produzidos por membros e servidores do MPDFT, bem como por colaboradores externos. Nesta edição temática, dedicada aos Direitos Humanos, em comemoração aos 20 anos de atuação especializada em Direitos Humanos no MPDFT, serão selecionados trabalhos inéditos que contribuam para a reflexão, o debate e a disseminação de conhecimento relevante sobre o tema, com vistas ao fortalecimento da atuação ministerial e da cidadania.

2. Temática

Serão aceitos trabalhos inéditos que abordem Direitos Humanos, em perspectiva teórica ou aplicada, contemplando, entre outros, os seguintes enfoques:

I – Sistemas de Proteção: Análise da eficácia das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

II – Conselhos de Direitos e Democracia Participativa: O papel dos conselhos de direitos como instrumentos fundamentais de controle social, formulação de políticas públicas e promoção da cidadania.

III – Segurança Pública e Direitos Fundamentais: O papel do Ministério Público no controle externo da atividade policial e na garantia da integridade física dos cidadãos.

IV – Direitos das Minorias e Grupos Vulneráveis: Proteção jurídica e políticas públicas para populações indígenas, quilombolas, comunidade LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

V – Direitos Humanos e Tecnologia: Desafios da privacidade, proteção de dados (Lei Geral de Proteção de Dados), inteligência artificial e o combate ao discurso de ódio em ambientes digitais.

VI – Sistema Prisional e Execução Penal: O estado de coisas inconstitucional, a dignidade da pessoa humana e a Lei de Execução Penal sob a ótica dos Direitos Humanos

VII – Direitos Sociais e Econômicos: O direito à saúde, educação e moradia como garantias de dignidade e o combate à pobreza extrema.

VIII – Meio Ambiente como Direito Humano: O nexu entre a preservação ambiental, as mudanças climáticas e o direito fundamental a um ambiente equilibrado.

IX – Direitos Culturais: A proteção do patrimônio imaterial, a liberdade de expressão artística, o acesso à cultura e o reconhecimento das identidades culturais como elementos indissociáveis da dignidade humana.

X – Gênero e Raça: Interseccionalidade na aplicação da lei, combate ao feminicídio, à violência institucional, à violência contra as mulheres e ao racismo estrutural nas instituições de justiça.

XI – Outros temas em Direitos Humanos.

3. Submissão

3.1. As submissões deverão ser realizadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Revista do MPDFT. Disponível em: <https://revista.mpdft.mp.br/index.php/publicacoes/about/submissions>. Acesso em: 12 de maio de 2026.

3.2. As regras detalhadas de formatação, extensão dos trabalhos e demais requisitos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da Revista nas Diretrizes aos Autores. Disponível em: <https://revista.mpdft.mp.br/index.php/publicacoes/libraryFiles/downloadPublic/26>. Acesso em: 12 de maio de 2026.

3.3. Conforme previsto no Art. 11 da Política Editorial (Portaria Normativa PGJ nº 1.175, de 5 de fevereiro de 2026), admite-se a inclusão de trabalhos convidados, mediante aprovação do Conselho Editorial, com o objetivo de assegurar a contribuição de autores de reconhecida excelência científica ou institucional, ampliando a qualidade e o impacto da Revista.

3.4. O arquivo do manuscrito a ser submetido (formato.docx) não poderá conter a identificação dos autores para garantir a imparcialidade da avaliação. Os dados de autoria e situação acadêmica devem constar apenas na folha de rosto separada.

4. Da análise dos textos

4.1. Os textos serão avaliados pelo corpo de pareceristas da Revista do MPDFT, sem identificação dos respectivos autores, por meio do sistema de double blind peer review (revisão duplo-cega), que garante o anonimato de autores, pareceristas e demais responsáveis pelo processo de avaliação.

4.2. O Conselho Editorial da Revista poderá aceitar ou vetar qualquer original recebido que não esteja de acordo com as normas editoriais da Revista. Assim como propor e/ou efetuar eventuais alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical para adequação dos textos, respeitando, porém, o estilo dos autores. O material recebido e não publicado, bem como as provas finais, não será devolvido aos autores.

4.3. As deliberações do Conselho Editorial da Revista serão comunicadas por meio da plataforma OJS.

5. Disposições gerais

- 5.1. A submissão implica concordância com as normas da Revista e cessão dos direitos de publicação ao MPDFT;
- 5.2. Não haverá remuneração autoral ou pagamento de direitos autorais pela licença de publicação.
- 5.3. As opiniões expressas nos trabalhos são de exclusiva responsabilidade dos autores;
- 5.4. Casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial.

6. Prazo para apresentação dos artigos

- 6.1. Os artigos deverão ser apresentados via sistema OJS (Open Journal Systems) até o dia 31 de julho de 2026

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

Composição do Conselho Editorial

Conselho Editorial Científico

Fabiana Costa Oliveira Barreto

Presidente do Conselho Editorial Científico da Revista do MPDFT

Promotora de Justiça

Dermeval Farias Gomes Filho

Promotor de Justiça

Fabiana De Assis Pinheiro

Promotora de Justiça

Flávio Augusto Milhomem

Promotor de Justiça

Pedro Thomé De Arruda Neto

Promotor de Justiça

Roberto Carlos Batista

Procurador de Justiça

Roberto Carlos Silva

Procurador de Justiça

Thiago André Pierobom De Ávila

Promotor de Justiça

Valmir Soares Santos

Promotor de Justiça

Conselho Editorial Executivo
Cinara Maria Carneiro Rocha
Analista do Ministério Público
Fabíola De Carvalho Vaisman
Analista do Ministério Público
Maria Fernanda Guarnier
Técnica do Ministério Público



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 14/05/2026, às 17:04, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3494451** e o código CRC **4000153A**.